

Ampliações da polidez linguística e a inter-relação com o politicamente correto: novas reflexões e aproximações

RESUMO

Fruto da necessidade de manutenção da harmonia nas relações pessoais, a polidez é um dos temas mais abordados na área de estudos da linguagem, e especificamente, na Pragmática. Apesar desta grande abordagem do tema, na maioria das vezes, os trabalhos utilizam o mesmo referencial teórico, como os modelos de Brown e Levinson (1987 [1978]) e Kerbrat-Orecchioni (2004; 2006), para citar somente um dos mais clássicos. Deste modo, o objetivo deste artigo consiste em apresentar uma ampliação da discussão teórica sobre a polidez linguística e discutir uma aproximação do conceito com o politicamente correto. A pesquisa bibliográfica demonstra que em uma situação comunicativa, os indivíduos não manifestam apenas sua própria face, mas também a do grupo a que pertencem. Tal pertencimento se revela, por exemplo, na confirmação ou negociação das qualidades dos papéis sociais que estão em jogo na interação. Assim, as estratégias de polidez são utilizadas a fim de cumprir com as expectativas de comportamento determinadas pelas normas de conduta do convívio social, o politicamente correto.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem. Polidez. Politicamente correto.

Fabiana Pelinson
fabianapelinson@gmail.com
Universidade Federal do Paraná (UFPR),
Curitiba, Brasil.

INTRODUÇÃO

Construídos e constituídos nas práticas sociais, os usos linguísticos são sempre comportamentos sociais, culturais, e, sobretudo, intencionais. Na perspectiva da Pragmática¹, fazer uso da linguagem é realizar uma ação, dentro de contextos sociais com determinadas intenções. Deste modo, as escolhas linguísticas dos falantes em suas interações são, necessariamente, uma escolha (in)consciente, que visa alcançar determinados objetivos.

Nesse aspecto, como os usos linguísticos constituem ações propositais, as regras de emprego são moldadas de acordo com as experiências históricas, sociais e culturais que caracterizam cada comunidade de falantes (OLIVEIRA, 2012).

Isso quer dizer que o uso da linguagem se submete a alguns fatores internos e externos, que influenciam as construções linguísticas. Estratégias de polidez, por exemplo, são frequentemente utilizadas quando o falante aborda assuntos polêmicos ou constrangedores para seu ouvinte, e quando interage com pessoas estranhas ou diferentes.

A polidez linguística se instala nos padrões de comportamento, que regem toda e qualquer interação, de forma a acolher às intenções comunicativas e sociais dos indivíduos. Uma das intenções na qual se inscreve a polidez é a manutenção do equilíbrio das relações interpessoais. Isto é, os locutores empregam estratégias de polidez em suas interações com o propósito de mantê-las livres de conflitos.

Embora a polidez linguística seja um dos tópicos mais produtivos abordados pela Pragmática, grande parte dos estudos apresentam como base teórica os modelos de Brown e Levinson (1987 [1978])², com aperfeiçoamentos de Kerbrat-Orecchioni (2004; 2006), por este modelo ser o mais sofisticado e elaborado quadro de referência sobre o assunto. Não se pretende aqui criticar ou, até mesmo, desqualificar o trabalho dos referidos autores, pois concorda-se que o modelo citado ainda é o mais produtivo e célebre quadro teórico sobre a polidez.

Desta forma, objetiva-se, neste artigo, apresentar uma ampliação da discussão teórica sobre a polidez linguística e discutir uma aproximação do conceito com o movimento, inclusive linguístico, do politicamente correto. Para tanto, opta-se por conduzir uma pesquisa bibliográfica, já que o objetivo deste método consiste em conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes, a fim de ampliar o grau de conhecimento e informação sobre o assunto.

1. DEFININDO LINGUAGEM E POLIDEZ

A linguagem é entendida, na perspectiva da Pragmática, como uma atividade intersubjetiva e intencional. Estudiosos como Austin impulsionaram o caráter performativo da linguagem, onde dizer é, necessariamente, fazer. Iñiguez (2004, p. 39) expõe que a “linguagem não só nos diz como é o mundo, ela também o institui; e não se limita a refletir as coisas do mundo, também atua sobre elas, participando de sua constituição”.

Desse modo, as práticas discursivas são as linguagens em ação em que os indivíduos produzem sentidos e se posicionam em suas relações sociais do dia-a-dia. A linguagem que se processa entre falantes e interlocutores é sempre uma linguagem social, que produz ações e consequências.

Estas ideias acerca da linguagem e das práticas discursivas têm como base a teoria dos atos de fala desenvolvida por Austin (1976), em que é possível fazer através do dizer. O performativo não é a constatação de um fato, mas a realização de um ato em si, como propõe o autor.

Portanto, conforme a perspectiva pragmática, falar é agir sobre o outro, em uma situação concreta de interação. Mey (1985) ressalta que não podemos descrever a linguagem fora do contexto³ de uso, ou seja, da sociedade em que esta linguagem é usada. A partir desta concepção, a Pragmática busca compreender o comportamento linguístico dos falantes e o uso que eles fazem da linguagem, enquanto atividade social, e tem como um de seus temas mais explorados a polidez.

Supomos, inicialmente, que a interação linguística é, de acordo com Ribeiro (2010, p. 104) uma interação social que considera inúmeros fatores, como a distância e a aproximação social dos interlocutores e o tipo de relacionamento que se estabelece entre eles. Deste modo, a polidez é uma condição inerente ao fenômeno comunicativo, que apresenta regras em sentido universal.

Kerbrat-Orecchioni (2006) sustenta essa posição, admitindo que, atualmente, não é possível descrever de maneira eficaz as trocas comunicativas sem considerar as estratégias de polidez, uma vez que elas exercem forte influência sobre a produção de enunciados. Contudo, para compreender a relevância da polidez nas interações é preciso entender, inicialmente, o sentido do termo e a sua relevância nos estudos de Pragmática.

Tradicionalmente, a polidez era concebida como um conjunto de formas de conduta requisitado pelo organismo social de acordo com o *status* dos indivíduos envolvidos nas interações. Ou seja, a polidez equivalia à etiqueta ou às boas maneiras, sendo uma qualidade apreciada socialmente. Associada à vida na corte⁴, a polidez, por exemplo, correspondia a um esquema cerimonial que determinava os papéis individuais das pessoas pertencentes à determinada casta.

O comportamento polido, embora representasse um fardo para os indivíduos, era fundamental para relacionar o sujeito com as suas “origens” e por isso era reiterado e considerado exclusivo das “pessoas de bem e de berço”. Mesuras e salamaleques, esses signos do corpo, tornavam a polidez um equivalente ao espetáculo. O que importava, antes de tudo, é o que o olhar do Outro captava desses gestos, que tinham como referência regras diferentes daquelas de hoje: a equivalência para “ser” era o aparato e a de desenvoltura do espetáculo. A marca de distinção tornava-se uma prática de ilusão, ou seja, adquirir uma identidade significava se comportar em público como em uma espécie de palco, de cenário, onde a representação de elementos simbólicos garantia a inserção do sujeito no mundo aristocrático: “ser” era simular (OLIVEIRA, 2005, p. 2).

O importante era fingir ter o que não se tem, ou ser o que não se é. A polidez, neste sentido, era necessária para a construção identitária dos

indivíduos, uma vez que a adoção de comportamentos polidos representava prestígio, poder e *status*.

Nesta mesma concepção, France (1992, citado por Watts, 2003) aponta que, entre os séculos 17 e 18 na França, especialmente na corte francesa, os comportamentos polidos serviam como ferramentas de subordinação e segregação social.

Paiva (2008, p. 23-24) especula que, no senso comum, ainda permeiam fragmentos dessa ideologia de classe, que relaciona a boa educação com a polidez e com o valor atribuído às classes sociais mais valorizadas, ou aquelas que detinham maior poder.

Entretanto, quando inserida no campo de estudos da Pragmática, o sentido de polidez estendeu-se para a noção da necessidade de preservação da harmonia nas interações.

A polidez passou a ser entendida como fruto da necessidade humana de manter o equilíbrio em suas relações interpessoais e sua manifestação externa seria um conjunto de estratégias lingüísticas de que pode usar o falante para evitar ou reduzir ao mínimo o conflito com seu interlocutor quando os interesses de ambos não são coincidentes. A investigação deveria dedicar-se a descobrir quais são os recursos formais utilizados, as condições de uso e seus efeitos (ESCANDELL-VIDAL, 1995, p. 33).

Portanto, a perspectiva da Pragmática concebe a polidez como uma atividade social que objetiva contribuir para que as interações transcorram de modo equilibrado e harmônico, amenizando os conflitos passíveis de existir quando os falantes não compartilham dos mesmos interesses. Essa é a perspectiva predominante em trabalhos como de Lakoff (1973), Leech (1983) e Brown e Levinson (1987 [1978]), para citar somente os mais clássicos.

Como um dos tópicos mais produtivos de que se ocupa a pesquisa em Pragmática é a polidez, há uma grande variedade de modelos teóricos que abordam o tema. Entretanto, percebe-se que, de maneira geral, grande parte das pesquisas utilizam os trabalhos de Brown e Levinson (1987 [1978]), e Kerbrat-Orecchioni (2004; 2006) como referencial teórico. Após pesquisa exploratória inicial no Banco de Teses e Dissertações da Capes, filtrando pelos trabalhos com mesmo tema em todas as áreas, observou-se que o cenário deste assunto está apoiado principalmente nos autores citados⁵. Por isso, nos próximos subtítulos amplia-se a questão da polidez lingüística, com novas reflexões e aproximações.

2. NOVAS REFLEXÕES SOBRE A POLIDEZ LINGÜÍSTICA

Embora admita que, inicialmente, a finalidade da polidez seja manter a interação em harmonia e, portanto, livre de problemas e desacordos, Oliveira (2005) destaca que existe uma relação entre a polidez e a “produção” da identidade individual. O autor evidencia que, enquanto norma, institucionalmente investida de carga simbólica, a polidez transforma-se em ritualização de atitudes e discursos dos falantes, assumindo uma função de inclusão e exclusão dos viventes no espaço e na temporalidade em que é constituída.

Como regra de convivência, a polidez posiciona identitariamente os indivíduos em diferentes contextos e ocasiões. A polidez reflete determinações impostas pela sociedade, pois o falante, por razões socioculturais e políticas, espera que o discurso e os gestos de seu interlocutor sejam polidos, assim como o interlocutor espera o mesmo do seu locutor. Nas palavras de Oliveira (2005, p. 1), a polidez é redimensionada pelos usuários da linguagem como “ações políticas” que invocam uma escolha típica da contemporaneidade, ou seja: “a escolha entre “ser” e “parecer” com a intenção de dar sentido às práticas e relações sociais”.

Do mesmo modo, Bravo (2005, p. 33-34), a partir de suas pesquisas sobre o espanhol peninsular, considera a polidez como uma atividade comunicativa cuja finalidade própria é manter a harmonia com o outro e que responde a normas e códigos sociais que envolvem o conhecimento dos falantes. Essa atividade, em todos os aspectos, considera o benefício do interlocutor.

Além disto, Bravo (2000) amplia a perspectiva sobre o trabalho de face⁶, pois, para ela, este pode consistir num jogo interlocutivo entre os indivíduos, no qual se dá relevo à própria face e à do outro, uma em relação à outra, com a finalidade de manter essa relação em equilíbrio. No entanto, assim como Oliveira (2005), Bravo considera que as atividades da face podem ter outras finalidades, como, por exemplo, os de criar, dar e dar-se face. Estas são operações que vão além das atividades de polidez, mas que podem ter consequências no discurso relacionado a ela.

Efetivamente, para Rodriguez (2010), o falante realiza mais operações oferecidas para, ou diante do outro. Estas operações de face têm um fim argumentativo ou estratégico e obedecem às motivações sociais e interativas. A polidez está, deste modo, relacionada à face ou a autoimagem pública, que é monitorada tanto pelo falante, quanto por seu interlocutor durante a interação. Desta forma, os conceitos de face e polidez encontram-se intrinsecamente relacionados e não se trata apenas de uma questão de construção de imagem, mas de identidade, como explica Oliveira:

O modo “como” o sujeito deseja ser visto ou se apresenta em público vai além da performance do corpo e da língua, pois envolve aspectos simbólicos e psicológicos nem sempre perceptíveis que são responsáveis por comportamentos sociais individuais. Não se deve esquecer que os seres humanos são mais complexos que as categorias e os estereótipos que procuramos atribuir-lhes. Obviamente, a visibilidade da “forma” garante num primeiro momento a inserção do sujeito nos lugares sociais, mas nem sempre a aquisição ou manutenção do status quo pretendido, pois como disse Foucault (1987): “a visibilidade do indivíduo é a sua própria armadilha” (OLIVEIRA, 2005, p. 3).

Contudo, é essencial considerar o fato de que, conforme bem observa Oliveira (2005, p. 3), a face é uma “propriedade” criada socialmente de forma coletiva e conferida ao indivíduo “por meio das crenças de cada grupo, cujos resultados são negociáveis nas interações”. Mesmo que o indivíduo possa “negociar” os resultados de sua face, a autonomia que obtém é relativa, uma vez que ela está sujeita às correlações estabelecidas nas interações. Essas

correlações, segundo Oliveira (2005), refletem as negociações, variações e adaptações aos dados objetivos da situação imediata.

Além disso, em uma situação comunicativa, os indivíduos não manifestam apenas sua própria face, mas também a do grupo a que pertencem. Tal pertencimento se revela, por exemplo, na confirmação ou negociação das qualidades dos papéis sociais que estão em jogo na situação (BRAVO, 2000).

Morton Deutsch e Robert Krauss (1976) afirmam que, dentro de uma cultura⁷, certa posição – ou status – se associa com um conjunto de normas e expectativas. Estas expectativas determinam os comportamentos que o ocupante daquela posição ou *status* pode apresentar adequadamente quando interage com o ocupante de outra posição. Portanto, o conceito de papel se relaciona com estas expectativas.

Para os autores, o papel social seria um conjunto de prescrições que determinam a conduta adequada daquele que ocupa certa posição social. O termo “papel” é empregado, neste caso, como desempenho do que está prescrito, de expectativas de comportamento determinadas culturalmente, acarretando em direitos e obrigações.

Em todo encontro social, Goffman (1967) acredita que cada indivíduo tem um comportamento específico para aquela situação, ou seja, um papel social. Esse papel, de acordo com Tavares (2007, p. 28), caracteriza-se por atos verbais e não-verbais pelos quais expressamos nossa visão da situação, e também avaliamos nossas atuações e as dos outros participantes nesses contextos. É através desse papel que nos percebemos e somos percebidos e é esse modo de percepção que levamos em consideração ao interagirmos com os outros em um contexto dinâmico. Neste sentido, o papel social que um vivente exerce em uma determinada situação, tem, geralmente, uma “legitimidade institucional” por ser reconhecido e influenciado pela sociedade em que atua.

Assim, o trabalho de face relaciona-se com os papéis que os indivíduos têm que cumprir socialmente. Neste sentido, a imagem do papel social está carregada tanto pelos atributos que a sociedade lhe impõe, como pela interpretação derivada das crenças do indivíduo que exerce esse papel. Tais crenças são produtos do processo pelo qual o indivíduo internaliza conceitos sobre si mesmo, a partir de suas vivências e experiências, mas são também reflexos de ideologias que estão implícitas na cognição social do grupo em que este indivíduo está inserido (SANTOS, 2012).

A imagem, enquanto um conceito social é afetada por diferentes variáveis que se produzem na relação interativa: o indivíduo, o grupo e a função social. De acordo com Rodriguez (2010, p. 856), à imagem básica – a imagem sociocultural reconhecida pelo conjunto de membros de um determinado grupo social – se acrescenta a imagem de papel e a imagem de grupo. Mas essa imagem pessoal, funcional ou grupal, pode ser vista a partir da criação ou projeção do falante, ou a partir da visão do ouvinte, que podem não coincidir. Assim, Rodriguez (2010, p. 857) distingue os seguintes tipos de imagem: imagem 1: imagem do eu sobre si mesmo (pessoal e, geralmente, a que o eu busca ocultar); imagem 2: imagem que o eu projeta de si como pessoa; imagem 3: imagem do papel ou função social que o eu desempenha e projeta; imagem 4: imagem que os outros têm do eu, segundo o papel social que desempenha; imagem 5: imagem do eu dentro de um grupo (família, sexo, raça, etc); imagem 6: imagem do grupo que se projeta sobre

o eu. Tais imagens estão vinculadas à face ou à autoimagem pública, conceito referência para a compreensão da polidez e da sua relação com os papéis sociais.

Ao abordar cada um dos seis tipos de imagem, Rodriguez (2010, p. 857) ressalta que todas estas são criações discursivas, entes sociais que funcionam na comunicação e que pertencem ao indivíduo e/ou ao grupo. As imagens de 1 a 5 pertencem ao indivíduo, embora ele tenha controle apenas das três primeiras – por serem imagens ativas – e a imagem 6 pertence ao grupo.

A imagem 2, imagem que o eu projeta de si como pessoa, será positiva se o fim for interativo, mas poderá ser positiva ou negativa, se o fim for argumentativo. Já as imagens 3 e 4 podem coincidir ou não.

A imagem 5 independe da intenção do falante e está socialmente codificada, ou seja, se nutre das ideias do grupo que está associado a ela. Se diferencia da imagem 4, que é funcional e depende da relação interativa construída pelo falante, enquanto que a 5 é a imagem projetada sobre o grupo. Rodriguez (2010, p. 857) cita como exemplo a afirmação de uma professora. Os ouvintes podem qualificá-la como uma profissional dura, rigorosa, permissiva, agradável, boa ou mal comunicadora (imagem 4). Mas ela projeta uma imagem (5) da classe social “professor”, assim como de “mulher espanhola de raça branca”, etc.

Já a imagem 6, que o falante projeta e que pertence ao grupo, é imposta socialmente como norma, constitui o que a sociedade considera politicamente correto ou apropriado. Embora o falante possa optar por não respeitar tal norma, deve adaptar-se a ela se não quiser ser visto como descortês. Não se trata aqui da imagem do indivíduo como membro de uma sociedade, mas da própria imagem da sociedade que se projeta e atua sobre ele.

Ou seja, a imagem 6 resulta de predeterminações que a sociedade impõe para criar uma imagem de si e ocultar tabus sociais. Rodriguez (2010, p. 858) argumenta que esse fenômeno se emoldura dentro da ideologia, entendida como um sistema de crenças compartilhadas, projetadas e sustentadas pelo grupo social.

Para a autora, o politicamente correto, ligado à imagem 6, impõe que não utilizemos termos que a sociedade, arbitrariamente, considera inapropriados. Nas notícias, por exemplo, é comum inserir adjetivos como “suposto” ou advérbios como “supostamente” diante de qualquer qualificação que implique um insulto a imagem do outro. Essa utilização é tão frequente que tais termos converteram-se em um mecanismo vazio, um instrumento polifônico para descarregar responsabilidade e, como consequência, enfatiza o que é dito, aumentando assim a sua visibilidade e carregando as tintas sobre seu significado. Justamente o que falante tenta evitar.

Esse comportamento surge como consequência das predeterminações que a sociedade impõe para criar uma imagem de si mesma como “respeitosa com as minorias” ou “não discriminatória”. Ou seja, é um método eufemístico para ocultar os tabus sociais atuais. O politicamente correto é uma projeção concreta dos valores da ideologia da sociedade, e revela suas características, uma vez que é um caso claro de arbitrariedade. O falante o usa, muitas vezes, como obrigação e outras, como proteção meramente formal da sua imagem, como uma forma de se inserir em um grupo (RODRIGUEZ, 2010, p. 858-859).

Seguindo essa lógica, diante de uma pessoa ou grupo que possui sua imagem social deteriorada e estigmatizada, os falantes utilizam estratégias de polidez, não só para manter a interação em harmonia, mas também para projetar imagens de si em conformidade com as prescrições sociais do que a sociedade codifica como politicamente correto.

3. O POLITICAMENTE CORRETO

O politicamente correto se trata de uma disposição que se aplica não apenas à linguagem, mas a vários outros campos prescrevendo determinadas formas de conduta. Luiz Soares (1999, p. 220), esclarece que o termo comporta diferentes interpretações.

Os significados atribuídos ao “politicamente correto” variam, é claro, mas a variação é limitada. Os sentidos do “politicamente correto”, segundo o público brasileiro elitizado, oscilariam entre posições dos seguintes tipos: (1) “trata-se de manifestação do histerismo fanático norte-americano, que castra o humor, mata a espontaneidade humana e disciplina todas as relações interpessoais”; (2) “trata-se de manifestação de intolerância de inspiração puritana e conservadora, que enseja a produção de identidades sociais artificialmente depuradas de qualquer carga de ambivalência, expressando uma cultura fortemente racionalista e autoritária; (3) “trata-se do nome dado a uma pretensão equivocada e perigosa, no limite totalitária, de definir uma gramática unívoca do comportamento socialmente aceitável” (SOARES, 1999, p. 220).

Seja como for, Fiorin (2008) conclui que o politicamente correto é um movimento confuso, com altos e baixos, que comporta algumas teses relevantes, outras extremamente discutíveis ou francamente risíveis.

Do mesmo modo, com o intuito de compreender a natureza do politicamente correto, Possenti (2008) aponta que se trata de um movimento difuso, visto que não existe uma organização que o coordene, ou um documento no qual se baseiem as regras que propaga. Consequentemente, o fenômeno extrapolou os limites da linguagem, e aplica-se também ao ambiente dos negócios, ao meio ambiente, aos comportamentos em público e, praticamente em todas as instâncias sociais.

Borges (2006, p.112) destaca que o movimento pelo politicamente correto contribui em oferecer visibilidade às alteridades e tornar visíveis os comportamentos e atitudes preconceituosos. Entretanto, o autor critica o fato da prática, algumas vezes apresentar um caráter autoritário por pretender determinar o que é “correto” e o que não é.

Sírio Possenti (1995) resume, em seu texto “A linguagem politicamente correta e a análise do discurso” as principais divergências nas discussões sobre o politicamente correto. De um lado, estão aqueles que apostam no politicamente correto, entendido como resultado da organização dos grupos minoritários, enquanto fenômeno que combate a discriminação e o preconceito a estes grupos, atuando, sobretudo, no plano da linguagem. Do outro lado, estão os

estudiosos que acreditam que o fenômeno implica em formas de restrição da liberdade de expressão. Esse argumento passa pela ideia de que o politicamente correto tudo “vigia”, e funciona como uma forma atualizada de censura. Em conformidade com este posicionamento, os intelectuais da chamada esquerda questionam: do que adianta corrigir a linguagem, maquiá-la, retirar dela todas as expressões chulas e que evidenciam preconceitos se tais preconceitos estão na sociedade, na cabeça das pessoas? (RAJAGOPALAN, 2000, p. 93).

Em relação à interpretação do politicamente correto como uma reação política com intuito de proteger e valorizar segmentos historicamente discriminados por grupos hegemônicos, Borges (2006) ressalta que ao determinar ações que favorecem determinado grupo em detrimento de outro, gera-se uma discriminação reversa que acentua ainda mais as diferenças entre o exogrupo e o endogrupo.

Um dos principais movimentos do politicamente correto refere-se à reformulação da linguagem, proscrevendo expressões linguísticas discriminatórias e substituindo-as por formas neutras e polidas. Conforme Possenti (2006), a preocupação do politicamente correto com os usos linguísticos acontece devido à crença de que as palavras reproduzem uma ideologia discriminatória em termos de raça, classe e sexo, já que é através da linguagem que os falantes manifestam suas crenças, posicionamentos e preconceitos.

É importante observar que essa convicção de que as palavras têm poder e podem ser classificadas como corretas ou incorretas é uma idealização que se choca a perspectiva pragmática de linguagem. Apesar dos usos linguísticos realizarem ações, eles só adquirem sentido em seu uso, de acordo com a intenção do falante e o contexto em que são proferidos.

Ao discutir as críticas à linguagem politicamente correta, Rajagopalan (2000, p. 93) afirma que hoje é difícil encontrar indivíduos que se disponham a discutir abertamente o assunto, se não em tom de desprezo ou desconfiança. Apesar do uso de expressões que carreguem conotações mais neutras ser bastante divulgado, há, segundo o autor, um descarte do assunto, como se o tema não merecesse maior discussão.

O movimento de defesa de um comportamento, inclusive linguístico, que seja politicamente correto inclui, especialmente, o combate ao racismo e ao machismo, “à pretensa superioridade do homem branco ocidental e à sua cultura, pretensamente racional” (POSSENTI, 1995, p. 52). Embora essas sejam as principais questões, o movimento vai além, pois tenta tornar não marcado o vocabulário e o comportamento relativo a qualquer grupo discriminado.

O politicamente correto leva-nos a refletir sobre uma série de aspectos a respeito da linguagem. Possenti (1995 p. 53) explica que as formas linguísticas estão entre os elementos de combate que mais se destacam, na medida em que se acredita que a linguagem reproduz uma ideologia que segrega em termos de classe, sexo, raça e outras características físicas e sociais objeto de preconceito, o que equivale a afirmar que há expressões linguísticas que veiculam sentidos que evidentemente discriminam⁸ – preto, bicha, sapatão, por exemplo –, ao lado de outros que também discriminam, embora menos claramente.

Embora a substituição de termos pejorativos por termos mais neutros ou mais polidos possa representar um avanço na subversão do preconceito, Fiorin

(2008) destaca que é preciso considerar que o zelo excessivo pela procura por expressões mais agradáveis revela a existência de preconceitos nos indivíduos. Ou seja, a utilização de termos escolhidos com demasiado cuidado denunciaria, exatamente pelo cuidado excessivo, atitudes preconceituosas. Além disso, o autor aponta que não existem termos neutros, pois todos eles estão assinalados por uma apreciação social. Rajagopalan (2000) discorda, em partes, deste posicionamento, como veremos mais adiante.

Quanto aos defensores da linguagem politicamente correta, Fiorin (2008) mostra que há dois posicionamentos deste grupo que contrariam a natureza do funcionamento da linguagem e que são irrelevantes para o que defendem. A primeira crença refere-se ao fato da palavra, isoladamente, carregar sentido e apreciação social. Fiorin (2008) discorda, e afirma que um termo funciona dentro de um discurso, e não isoladamente. A expressão “negro”, por exemplo, não apresenta valor negativo em todos os usos⁹. Isso quer dizer que na investigação dos termos deve-se considerar o contexto em que o uso está sendo feito, pois, o contexto define as regras que o indivíduo é levado a seguir quando faz uso das palavras.

A segunda posição contrária ao funcionamento da linguagem decorre da etimologia. Segundo Fiorin (2008), a etimologia surgiu em um período em que se acreditava que a história era decadência, o que, na linguagem, significava que a evolução das línguas era uma degradação. Por isso, o sentido original era o sentido verdadeiro. De um lado, demonstra Fiorin (2008), existem etimologias falsas, como é o caso do termo *history*, onde se diz que o pronome masculino *his* é utilizado, pois a história reflete a visão dos homens. Para o autor, essa explicação para a origem da palavra é falsa, já que a raiz indo-europeia que deu origem a essa palavra é – *weid*, que indica a visão, que serve ao conhecimento.

Por outro lado, algumas etimologias foram esquecidas com a evolução da língua. É o caso da palavra *judiar*, formada a partir de judeu e do termo *denegrir* que é constituído com a raiz de negro. Como os sentidos mudam, os indivíduos não recuperam a história da língua. Portanto, trata-se do sintoma de que o discurso sobre a origem das palavras ainda vigora, pelo menos confusamente, mantendo com ele a crença de uma linguagem com sentidos verdadeiros e puros.

Assim, Fiorin (2008) conclui que para que a linguagem politicamente correta tenha eficácia na superação do preconceito, esse trabalho sobre a palavra precisa respeitar a natureza e o funcionamento da linguagem.

Possenti (1995), ao abordar o posicionamento dos indivíduos que se mostram contra o politicamente correto, apresenta a ideia deste movimento como uma forma de censura, em que um dos efeitos seria o cerceamento da liberdade de expressão. Desse modo, diversos campos de manifestação cultural tenderiam a ser afetados por esse comportamento politicamente correto. Em 2004, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República publicou uma cartilha intitulada “Politicamente correto e direitos humanos”, em que mostrava que determinadas palavras e expressões revelam preconceitos contra pessoas ou grupos sociais. Do mesmo modo, alguns veículos de comunicação vetaram o uso de uma série de palavras por denotarem preconceito ou ofensa¹⁰.

Outros indivíduos acreditam que, com a linguagem politicamente correta, as línguas se empobreceriam. Para Possenti (1995, p. 126-127) se certas palavras

fossem proibidas, itens lexicais seriam perdidos e, com isso, documentos da história da língua e da cultura.

O movimento por um comportamento politicamente correto tem méritos políticos. Mas, em relação à linguagem, Possenti (1995) propõe que este comportamento comete alguns equívocos, que se assemelham aos apresentados por Fiorin (2008).

Inicialmente, Possenti (1995, p. 138) diz que a hipótese de que a troca de palavras pode diminuir os preconceitos trata-se de uma tese simplista, já que é mais provável que a existência de preconceitos é que produz aqueles efeitos de sentido. Contudo, o autor afirma que não se pode desprezar o fato de que o discurso pode servir para realimentar as condições sociais que dão suporte às ideologias e aos próprios discursos.

Assim como Fiorin, Possenti (1995) também cita certos casos que adotam um etimologismo “insuportável”. Diz o autor: “A lei de tal etimologismo (talvez de toda a etimologia) parecer ser uma: recuemos até onde nos interessa” (POSSENTI, 1995, p. 138).

O terceiro equívoco apresentado por Possenti diz respeito ao uso de eufemismos de certa forma cômicos quando não há uma palavra sinônima que determinado movimento possa considerar politicamente correta para evitar o uso de palavras marcadas. O autor cita como exemplo a expressão “prostituta” que por ser uma palavra negativa é substituída por “prestadora de serviços sexuais”. Para ele, se determinada sociedade despreza as prostitutas, tanto faz desprezá-las chamando-as de prostitutas ou descrevendo a atividade que realizam. Pois, conforme Possenti (1995, p. 139), se tais fatos continuarem sendo considerados negativos, em pouco tempo tais expressões veicularão exatamente os mesmos valores, os mesmos efeitos de sentido que veiculam hoje as formas condenadas.

O esforço de Rajagopalan (2000), ao discutir por que o politicamente correto atrai tanto desprezo, será no sentido de questionar quais as concepções de linguagem e mundo que subjaz a polêmica entorno desse movimento. Isso porque, aqueles que se opõem à linguagem politicamente correta, “estão se baseando numa visão da linguagem e o que ela é e não é capaz de fazer” (RAJAGOPALAN, 2000, p. 94).

Embora Rajagopalan (2000) concorde com Possenti (1995) quando este diz que o movimento por um comportamento politicamente correto tem méritos políticos óbvios, ele discorda em muitos outros aspectos.

Com relação ao uso do eufemismo, abordada tanto por Fiorin (2008) quanto por Possenti (1995), Rajagopalan argumenta que as pessoas podem dizer que o eufemismo apenas disfarça a realidade, maquiando o que é desagradável. No entanto, o autor lembra que o próprio termo eufemismo, assim como o modo como caracterizamos o fenômeno carrega consigo toda a forma milenar de pensar a relação entre a linguagem e o mundo. Em outras palavras, devemos ter o cuidado de não confundir a forma tradicional de pensar o eufemismo com o fenômeno em si. Ou, nas palavras do próprio Rajagopalan (1996, p. 96), “vale a pena nos determos um pouco sobre a questão de como é difícil desprender a “coisa” em si da forma como tal coisa vem sendo contemplada e descrita ao longo dos tempos”.

Nesse sentido, Rajagopalan explica que o que um indivíduo chama de objeto *x* é, em última análise, o objeto tal qual ele se apresenta para este indivíduo. Portanto, os objetos estão presentes na consciência dos sujeitos junto com a imagem que cada um deles adquiriu ao longo dos anos.

Para exemplificar esta reflexão, Rajagopalan menciona os profissionais de marketing como indivíduos que lidam amplamente com este fato.

O princípio fundamental de marketing é o de que todo objeto é no fundo um “produto”, ou seja, os objetos que dizemos conhecer no mundo, são todos eles, apresentados a nós em algum momento e que o que de fato conhecemos são objetos “ligados” inextricavelmente aos seus modos de apresentação. É com base nesse reconhecimento que os peritos em marketing apostam na possibilidade sempre presente de mudar a imagem de um produto. Ao mudar – para melhor ou para pior – a imagem de um produto, o perito em marketing está apostando em que o que foi produzido pode sempre ser “re-produzido”. O que o marketing faz não é simplesmente mudar a imagem de um dado produto, mantendo, portanto, a sua identidade intacta. O que o marketing faz é – por mais incrível que isso pareça – transformar o produto. Quem sente dificuldade em aceitar esse princípio norteador de marketing está ainda resistindo à ideia de que o chamado produto é, sempre foi, e sempre será, o objeto mais a imagem que ele adquiriu ao longo dos tempos (RAJAGOPALAN, 2000, p. 97-98).

Ao expor essa reflexão, Rajagopalan (2000) explica que já não há mais como deixar de reconhecer que a linguagem tem um grande impacto sobre o mundo e as coisas. Dessa forma, mexendo na linguagem consegue-se interferir no mundo. Afinal, hoje, o mundo é composto por objetos produzidos de tal forma que não há mais como recuperar o objeto em sua pureza total, livre dos efeitos de produção.

É neste contexto que o autor retoma a discussão sobre a validade de uma linguagem politicamente correta. Deixar de chamar alguém de *x*, por sentir certa pressão social por chamá-lo de *y* pode parecer, à primeira vista, uma atitude sem maiores consequências. Contudo, ao refletir sobre essa prática considerando as lições do mundo do marketing expostas por Rajagopalan, seremos levados a conceder que ao trocar as palavras estamos trocando também as coisas, pois as coisas são produtos produzidos a partir dos objetos que só são apresentados a nós por intermédio da linguagem.

De maneira geral, Rajagopalan (2000) acredita que ao obrigar as pessoas a se lembrarem constantemente de utilizar um termo mais “neutro”, a linguagem politicamente correta serve como propósito de conscientizar os falantes de certo fenômeno linguístico que apenas reflete e consagra uma prática social de preconceito e discriminação.

No entanto, o autor esclarece que a linguagem politicamente correta não é nenhum remédio milagroso contra preconceitos fortemente arraigados na sociedade, já que a luta contra tais preconceitos não pode estar restrita apenas a uma questão de reforma linguística.

Uma vez que toda a sociedade, toda a comunidade linguística, aceita uma certa novidade linguística e a incorpora ao uso

cotidiano, o efeito dela começa a se esvaziar. Talvez seja preciso pensar em outros recursos para novamente alertar os usuários da língua sobre os preconceitos cujos reflexos a sua linguagem ainda carrega. Ou seja, o combate aos nossos preconceitos pode ter na nossa própria linguagem um bom começo. O que não quer dizer que os preconceitos simplesmente sumam como em um passe de mágica, assim que eliminamos da nossa linguagem certas práticas que denunciam a existência de tais preconceitos (RAJAGOPALAN, 2000, p. 99).

Apesar da linguagem não resolver completamente o problema, ela pode ser um começo para a subversão do preconceito.

Embora reconheçamos que a reforma linguística é apenas um movimento que pode desencadear em processos de subversão do preconceito e do estigma, acompanhamos o exposto por Rajagopalan (2000), pois acreditamos que uma das maneiras mais eficazes de combater os preconceitos é monitorando a linguagem por meio da qual tais preconceitos são produzidos e mantidos e obrigando os falantes, em nome da linguagem politicamente correta, a exercer controle sobre sua própria fala. Rajagopalan (2000, p. 99) acredita, e neste aspecto, concordamos com ele, de que ao controlar sua própria fala, os indivíduos constantemente se conscientizam da existência de tais preconceitos.

Embora haja certa relação entre a polidez e o politicamente correto, os conceitos não se assemelham em alguns aspectos, já que, de acordo com Rodriguez (2010), o politicamente correto é uma construção social que, com eufemismos, tem o objetivo de resguardar a imagem do grupo, e não a imagem individual. Isso quer dizer que, apesar dos conceitos não serem semelhantes, os falantes utilizam da polidez não apenas para o equilíbrio das relações pessoais, mas também para projetar imagens politicamente corretas, conforme os papéis sociais que desempenham.

A sociedade define o que é um posicionamento aceitável ou inaceitável, principalmente em relação aos temas considerados polêmicos ou tabus. Isso determina expectativas em relação ao comportamento dos viventes, em conformidade com os papéis que eles desempenham socialmente. Espera-se que os indivíduos sejam politicamente corretos, e, deste modo, evitem ser considerado como descortês ou como não polido.

Deste modo, o movimento do politicamente correto não corresponde somente a um trabalho de face, mas também é um sistema de obrigações ou crenças para impor o sistema de valores da ideologia dominante (RODRIGUEZ, 2010). Portanto, acredita-se que os indivíduos fazem uso de estratégias linguísticas de polidez a fim de preservar e confirmar imagens positivas de si e do grupo a que pertencem, conforme o que é codificado como politicamente correto pela sociedade.

CONCLUSÃO

Inúmeros modelos teóricos se sucederam cronologicamente e coexistiram apresentando elementos muitas vezes complementares para compreender a polidez linguística. Entretanto, facilmente constata-se que a maioria dos

trabalhos desenvolvidos sobre o assunto utilizam como referência teórica os modelos de Brown e Levinson (1987 [1978]), com aperfeiçoamentos de Kerbrat-Orecchioni (2004; 2006). Por isso, buscou-se, neste artigo, apresentar novas reflexões e aproximações.

No que diz respeito à linguagem, é fundamental entendê-la como uma forma de ação, pois a língua age e atua sobre os interlocutores. Isto é, o caráter performativo da linguagem deve ser considerado, uma vez que dizer algo é fazer, e que ao dizer ou por dizer alguma coisa, se faz algo.

Neste sentido, a performatividade da linguagem amplia o horizonte de investigação da polidez, pois é por meio dela que se entende que alguns nomes carregam certa institucionalização, uma naturalização que age e transmite formas de conduta, assim como argumentou Butler (1997). Como a linguagem constitui o indivíduo e pode representar sua identidade, os estereótipos e estigmas, reproduzidos verbalmente, diferenciam, hierarquizam e ferem o outro. Como argumenta Silva (2010), esses discursos estereotipados fazem parte, por exemplo, do imaginário das pessoas vítimas do preconceito e sua invenção coincide com a invenção discursiva desses indivíduos como sujeitos diferentes e, até mesmo, inferiores. É por isso que os movimentos sociais incluíram entre suas demandas o uso de uma linguagem politicamente correta.

A partir do conceito de papel social e das considerações de Bravo (2000) e Rodriguez (2010) a respeito das imagens, função social e grupo, entendemos que o conjunto de normas e expectativas determinadas pelo convívio social cria para aqueles que atuam em um determinado papel social uma obrigação de se apresentarem de acordo com o que é visto como correto. Para tanto, utilizam estratégias de polidez frente a situações que possam representar ameaças ou desacordos. Ou seja, a polidez é utilizada a partir das determinações e expectativas sociais impostas sobre o papel social desempenhado pelos indivíduos. Como afirma Rodriguez (2010), o falante utiliza as estratégias de polidez algumas vezes como obrigação, e outras, como uma proteção da sua imagem.

De maneira geral, entende-se que o estudo realizado cumpre com os objetivos propostos, apresenta uma contribuição para os estudos de linguagem, na medida em que amplia a área de investigação da polidez ao associá-la ao politicamente correto, aos tipos de imagens sugeridas por Rodriguez (2010) e aos papéis sociais.

Enlargments of linguistic politeness and the interrelation with political correctness: new reflections and approaches

ABSTRACT

Result of the need of harmony's maintain in personal relations, politeness is one of the most addressed themes in language studies area, specifically in Pragmatics. Despite the large approach of theme, for the most part, the works uses the same theoretical reference like models of Brown and Levinson (1987 [1978]) and Kerbrat-Orecchioni (2004; 2006) to quote only one of the most classic. Thus, the purpose of this article is to present an enlargement of theoretical discussion about linguistic politeness and discuss an approximation of the concept to the political correctness. This bibliographical research shows that in a communicative situation, individuals not only express their own face, but also the group, which they belong. This belonging is revealed, for example, in confirmation or negotiation of the qualities of social roles that are stake in the interaction. Thus, politeness strategies are used in order to comply behavior's expectations determined by the rules of conduct of social life, the political correctness.

KEYWORDS: Language. Politeness. Political Correctness.

NOTAS

¹ A Pragmática estuda o uso que os indivíduos fazem da língua a partir de suas escolhas estratégicas em situações concretas de interação, e busca explicações a respeito da inter-relação existente entre a linguagem e a situação comunicativa em que esta é tipicamente empregada (OLIVEIRA, 2012, p. 02).

² O livro *Politeness: some universals in language usage*, de Brown e Levinson, teve sua primeira publicação em 1978. Entretanto, em 1987, os autores publicaram a segunda versão, com algumas alterações na introdução e na bibliografia, além de comentários de obras que surgiram após a publicação de 1978 e em consequência desta. A segunda publicação é adotada aqui como referência.

³ Não há como estipular um limite para o contexto, pois o dito é sempre o efetivamente dito mais as circunstâncias em que as palavras foram pronunciadas. De acordo com Oliveira (2000), o contexto corresponde a um ambiente dinâmico que se estende para esta ou aquela direção de acordo com o que é dado ou escolhido a cada momento pelos indivíduos envolvidos na interação. Neste sentido, o contexto não é, necessariamente, um ambiente físico, mas também as condições de naturezas sociais, cognitivas ou psicológicas que regem as situações de uso da linguagem.

⁴ Disto surgiu o adjetivo cortês, isto é, a qualidade de pessoas que tinha um je ne sais quoi (coisa indefinida) que os diferenciava dos demais (PAIVA, 2008).

⁵ Dos 24 trabalhos disponíveis com o tema polidez no Banco de Teses e Dissertações da Capes, 17 deles apresentaram como referencial teórico os modelos de Brown e Levinson (1987 [1978]), e/ou Kerbrat-Orecchioni (2004; 2006).

⁶ O termo face pode ser definido como o valor social positivo que uma pessoa na prática reivindica para si por meio do comportamento que o outro supõe que ela teve durante um contato particular. É uma imagem do ser delineada em termos de atributos sociais aprovados. Neste artigo, os termos “face” e “imagem” serão empregados como sinônimos, remetendo ao mesmo conceito.

⁷ De acordo com a perspectiva de Williams (1992), a cultura é processo, produção e produto da sociedade, é, portanto, elemento constitutivo do processo social e modo de produção de significados e valores da sociedade. A cultura é responsável pela atribuição de valores aos predicados, de acordo com os papéis valorizados socialmente. Enquanto conceito dinâmico e histórico, entende-se a cultura como um processo em contínua construção, desconstrução e reconstrução. Neste sentido, a cultura não é, está sendo a cada momento.

⁸ Aqui, é preciso considerar o contexto em que tais palavras são utilizadas, quem fala, de onde fala, para quem fala, etc.

⁹ Fiorin (2008, p. 3) cita como exemplo a frase: “Nuvens negras no horizonte do país”. Neste caso, a expressão “negras” não denota racismo, porque o sentido conotativo de “situação preocupante”, que aparece no discurso político ou econômico, está relacionado à meteorologia, e não a raças ou etnias.

¹⁰ Fiorin (2008) cita como exemplo o verbete “preconceito” do Manual de redação da Folha de S. Paulo (2001, p. 94) ou o verbete “ética interna” do Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo (1990, p. 34-38).

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. 2. ed. Oxford/New York: Oxford University Press, 1976.

BORGES, L. C. **A busca do incontrolável**: uma missão politicamente (in)correta. Campinas: n. 31, p. 109-125, jul./dez, 1996.

BRAVO, D. **Estudios de la (des)cortesía en español**: categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos. Buenos Aires: EDICE, Editorial Dunken, 2005.

_____. **Negociación de face e identidad en discursos académicos**. SIIS: II: 6. 2000.

BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness**: Some universals in language usage. Cambridge University Press, 1987 [1978].

BUTLER, J. **Excitable speech**: a politics of the performative. New York: Routledge, 1997.

DEUTSCH, M.; KRAUSS, R. M. **Teorias em Psicologia Social**. Buenos Aires: Paidós, 1976.

ESCANDELL-VIDAL, M. V. Cortesia, fórmulas conversacionales y estrategias indirectas. **Revista Española de Lingüística**, v. 25, n. 01, p. 31-66, 1995.

FIORIN, J. L. A linguagem politicamente correta. São Paulo: **Linguagem**, v. 1, p. 1-4, 2008.

FRANCE, P. **Politeness and its discontents**: problems in France classical culture. Cambridge: Cambridge press, 1992.

GOFFMAN, E. **Interaction Ritual**: essays on face-to-face behavior. New York: Doubleday Anchor, 1967.

IÑIGUEZ, L. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da conversação**: princípios e métodos. São Paulo: Parábola, 2006.

_____. "¿Es universal la cortesía?". In: BRAVO, Diana & BRIZ, Antonio. **Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español**. Barcelona: Editorial Ariel, 2004.

LAKOFF, R. **The Logic of Politeness; or, Minding your P's and Q's**. Papers from the Ninth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society, 1973.

LEECH, G. **Principles of Pragmatics**. London: Longman, 1983.

MEY, J. Whose **Language**: a study in linguistic pragmatics. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

OLIVEIRA, J. A. A linguagem da polidez na comunicação organizacional. In: IV Encontro de Pesquisa em Comunicação. Curitiba: **Anais do IV Enpecom – Comunicação e Diversidade Cultural**, p. 676-689, 2012.

_____. Polidez e Identidade: a virtude do simulacro. Rio de Janeiro: **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, v. 1, p. 1-7, 2005.

PAIVA, G. M. F. **A polidez lingüística em sala de bate-papo na internet**. 294 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Letras, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

POSSENTI, S. A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. Minas Gerais: **Revista de Estudos da Linguagem**, Ano.4. n 3. v. 2. p. 123-140, 1995.

_____. A selva do politicamente correto. São Paulo: **Revista Língua Portuguesa**, v. 36, p.48-49, 2008.

RAJAGOPALAN, K. O Austin do qual a lingüística não tomou conhecimento e a lingüística com a qual Austin sonhou. Campinas: **Cadernos de Estudos Lingüísticos** (UNICAMP), v. 30, p. 105-116, 1996.

_____. Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem "politicamente correta". In: LOPES DA SILVA, F. L. e MOURA, H. M. M. (Orgs.). **O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico**. Florianópolis: Ed. Insular, 2000.

RIBEIRO, A. **Análise de situação na crise organizacional: espaço para teoria da polidez lingüística na relação de complexidade?** 240 f. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2010.

RODRIGUEZ, C. F. **Ideología e imagen**: la ocultación en la prensa de la violencia social o lo políticamente correcto. *Discurso & Sociedad*, 2010.

SANTOS, J. H. V. **Polidez e inclusão**: o “ser” e o “parecer” no discurso de professores sobre a inclusão da pessoa com deficiência na escola. 128 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Letras, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2012.

SILVA, D. do N. e. **Pragmática da violência**: o Nordeste na mídia brasileira. 192 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

SOARES, L. E. Politicamente correto: o processo civilizador segue seu curso. In: MARGUTTI, P. (Orgs.). **Filosofia Analítica, Pragmatismo e Ciência**. Belo Horizonte: editora da UFMG, 1999.

TAVARES, R. R. **A negociação da imagem na pragmática**: por uma visão sociointeracionista da linguagem. Maceió: EDUFAL, 2007.

WATTS, R. J. **Politeness**: Key Topics in Sociolinguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

WILLIAMS, R. **Cultura**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Recebido: 30 abr. 2016

Aprovado: 09 nov. 2017

DOI: 10.3895/rl.v20n31.3146

Como citar: PELINSON, Fabiana. Ampliações da polidez linguística e a inter-relação com o politicamente correto: novas reflexões e aproximações. *R. Letras*, Curitiba, v. 20, n. 31 p. 30-48, jul/dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.utpr.edu.br/rl>>. Acesso em: XXX.

Direito autorial: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

